

# Lousada em finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica

Luís Miguel Moreira\*

## RESUMO

Nos finais do século XVIII, a sociedade portuguesa confrontou-se com alguns dos mais importantes desafios políticos que marcaram a etapa final do Antigo Regime. Se, no plano externo, o contexto geopolítico obrigou à participação em vários conflitos internacionais, no plano interno, a década de 1790 iniciou-se com uma importante tentativa de reorganização administrativa, de cariz centralista, consignada na Lei da Reforma das Comarcas, de 1790-92.

Coube aos engenheiros militares a tarefa de levantar mapas e estatísticas e de escrever relatórios, memórias e descrições geográficas das diferentes províncias e comarcas do território nacional, que serviriam de apoio aos decisores políticos.

Neste artigo pretende-se realizar um exercício de geografia histórica do território de Lousada, sobretudo a partir da obra cartográfica e do cadastro populacional do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas.

## PALAVRAS-CHAVE

Lousada, geografia histórica, reforma administrativa, cartografia antiga.

## ABSTRACT

*In the late 18<sup>th</sup> century, Portuguese society was confronted with some of the most important political challenges that marked the final stage of the Old Regime. If, on the external front, the geopolitical context forced it to participate in various international conflicts, internally, the 1790s began with an important attempt for administrative reorganization, marked by a centralist nature, enshrined in the Reform of Counties Law, from 1790-92.*

*The military engineers were tasked to do maps and statistics and write reports, memories and geographical descriptions of the different provinces and regions of the country, which attended as a support to policy makers.*

*In this article we intend to conduct a historical geography exercise of the territory of Lousada, especially from the cartographic work and population register of the military engineer Custódio José Gomes de Villasboas.*

## KEYWORDS

*Lousada, historical geography, administrative reform, old maps.*

\* Professor de Geografia no Agrupamento de Escolas de Lousada, professor auxiliar convidado no Departamento de Geografia da Universidade do Minho e investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa empreendeu um esforço de centralização do poder, com o intuito de estender a autoridade real a todos os domínios da sociedade. O poder do “Estado” pressupunha, contudo, um efetivo controlo do território, dos seus recursos e das populações, de forma a se assegurar “o bom regímen e a felicidade dos povos”.

Neste sentido, foram desenvolvidos esforços com o intuito de dotar o país de instituições científicas responsáveis pela formação de um corpo técnico capaz de desenvolver as iniciativas planeadas pela administração central, merecendo destaque a reforma da Universidade de Coimbra, a criação da Academia das Ciências de Lisboa ou da Academia Militar (Martins, 2014).

Para além da construção de inúmeras infraestruturas públicas – como eram os casos dos portos marítimos, do encanamento de rios, da construção de pontes, de estradas e de edifícios públicos, como alfândegas ou quartéis – a modernização do país exigia uma reestruturação administrativa, judicial e fiscal. Neste contexto, os mapas tornaram-se instrumentos fundamentais de planeamento e de ordenamento do território (Silva, 1998).

Após uma primeira tentativa ensaiada no Reino do Algarve, entre 1773 e 1774, foi apenas na última década do século XVIII que a Coroa portuguesa considerou que estavam reunidas as condições necessárias para se proceder a uma importante reforma territorial, que visava a “(...) racionalização jurisdicional, acabando com as promiscuidades de jurisdições diferentes e equilibrando mais os diferentes espaços jurisdicionais de modo a regularizar a malha de aparelhos político-administrativos (...)” (Silva e Hespanha, 1998, p. 39).

De facto, a divisão administrativa portuguesa de finais do Antigo Regime ainda era herdeira da divisão medieval do território, assente em privilégios e isenções que travavam e dificultavam o poder central. Deste modo, a administração do território, onde se incluía a aplicação da justiça, a cobrança de impostos ou o recrutamento militar, estava longe de ser uniforme e a Coroa tinha mesmo de competir com o poder de outros senhores terratenentes, civis e religiosos.

Em finais do século XVIII, o país estava dividido em províncias, comarcas, provedorias e concelhos, a par da divisão eclesiástica, que incluía as dioceses e as paróquias.

As províncias não desempenhavam uma função administrativa. Constituíam antes a principal divisão militar do reino e forneciam a base geográfica para as principais corografias e outras descrições geográficas.

As comarcas (ou correições) eram a trave-mestra da administração civil, judicial, fiscal e criminal, sendo o corregedor o representante do poder real. As suas circunscrições eram muito irregulares, pois tanto podiam cobrir vastas regiões, como serem de pequena dimensão, estarem dispersas por diferentes províncias ou, até, não terem contiguidade geográfica.

No conjunto do país totalizavam mais de 40, pertencendo a maioria à Coroa, à Casa do Infantado, ao Duque de Bragança e à Casa da Rainha. Contudo, também existiam comarcas donatárias, ou seja, aquelas que pertenciam a um senhor – denominadas de ouvidorias – e cujo representante era o ouvidor. Entre os mais destacados estavam o ar-

cebispo de Braga, o abade de Alcobaça e o duque do Cadaval (Sousa, 1979, p. 11; Gomes, 2012, p. 27).

As provedorias tinham, sobretudo, uma função financeira, mas nem sempre os seus limites coincidiam com os das comarcas, o que, geralmente, levava a uma sobreposição de limites, atribuições e funções.

As comarcas e as ouvidorias eram compostas pelos concelhos e, muito embora estes pudessem ter outras designações e atribuições, em termos administrativos eram equivalentes, apenas se diferenciando na origem e nos privilégios. Assim, para além da designação de concelho, também existiam as cidades ou vilas com o respetivo termo, os coutos, as honras, os julgados e os reguengos (Sousa, 1979, p. 18).

A figura 1 representa a localização das sedes administrativas da província de Entre Douro e Minho, em 1794, com base na contabilização registada no “Quadro e Numeração Geral” figurado no mapa de Villasboas. A apertada (e confusa) malha administrativa tinha aqui o seu expoente máximo, caracterizada pelos múltiplos particularismos e por uma elevada fragmentação do espaço. Assim, só neste território existiam sete comarcas, três cidades e respetivos termos, 15 vilas e respetivos termos, 45 concelhos, 67 coutos, 16 honras e nove julgados.

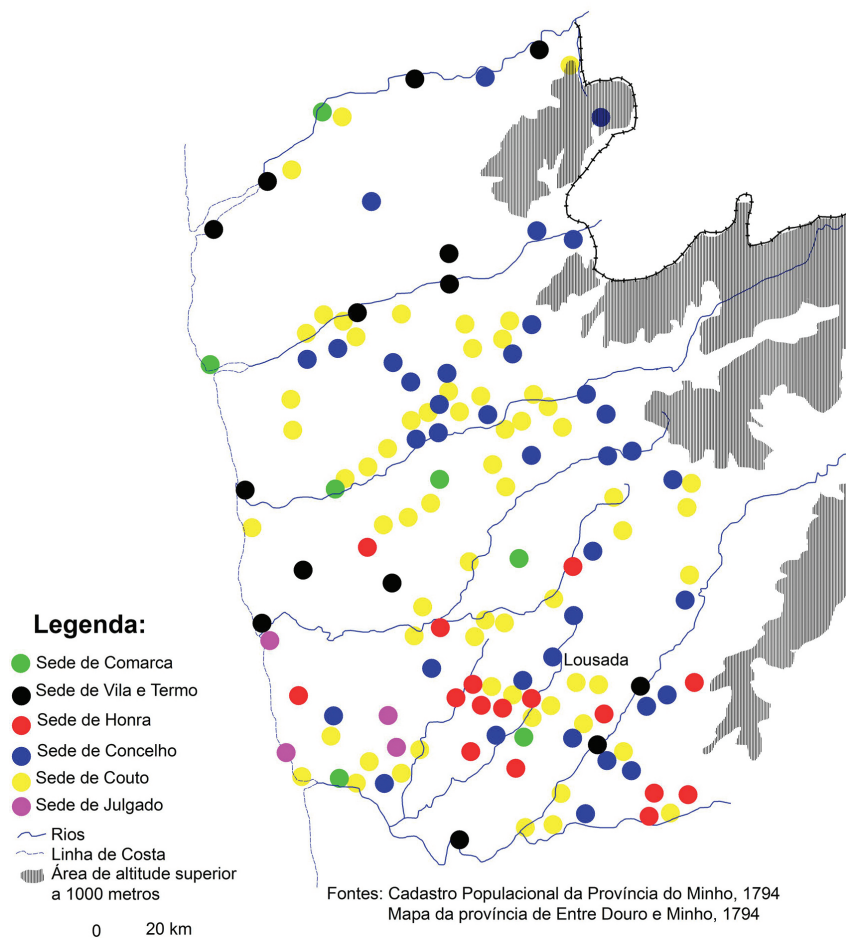
Saliente-se, contudo, que nem todas estas jurisdições foram figuradas no mapa de Villasboas, pelo que não foram identificadas, e outras sofreram alterações de uma versão do mapa para outra<sup>1</sup>. Como se constata pela observação do mapa, o centro e o sul da província concentram a maior parte dos centros administrativos, o que parece estar relacionado com uma ocupação humana mais antiga, por contraste com o território entre os rios Minho e Lima, toda a faixa litoral e o interior, onde predominam as áreas de montanha.

A leitura do mapa revela, ainda, outras particularidades geográficas: quase todos os coutos se localizam entre os rios Douro e Lima, sendo poucos os que existem na ribeira do Minho; os quatro julgados, cujos limites foram figurados no mapa, situam-se nos arredores da cidade do Porto e as honras localizam-se, maioritariamente, a sul do rio Vizela, com particular concentração no território dos vales do Sousa e do Ferreira.

Com o intuito de regularizar a divisão administrativa, foi publicada a Lei da Reforma das Comarcas, a 19 de julho de 1790, seguida do Alvará Régio, de 7 de janeiro de 1792, que a complementava. Este dispositivo legal, para além de tentar regularizar e redimensionar as circunscrições comarcais, pretendia reforçar a posição da comarca (e através dela a do poder central) na divisão administrativa, abolindo as ouvidorias (que passavam a integrar as comarcas existentes) e extinguindo as inúmeras honras e coutos, limitando-se, assim, as exceções e os privilégios senhoriais em favor da Coroa.

<sup>1</sup> A título ilustrativo, refiram-se os limites do julgado de Alfena, figurados no mapa de 1794-96, mas que desaparecem no mapa de 1798; curiosamente, no *Cadastro da Província do Minho*, Alfena foi considerada como freguesia integrada no julgado de Valongo. Ainda nesta fonte, o autor contabilizou no termo de Barcelos os julgados de Neiva, Aguiar, Faria, Penafiel e Vermoim sem, no entanto, os individualizar nos mapas. A própria contabilização do autor também sofreu alterações significativas. Assim, em 1798, o autor contabilizou 47 concelhos (mais dois), 63 coutos (menos quatro), 15 honras (menos uma), seis julgados (menos três) e 1183 freguesias (mais uma).





**FIGURA 1.** Mapa das sedes administrativas da província de Entre Douro e Minho, em 1794.

Para a concretização desta reforma foi criado o posto de juiz demarcante, cuja área de ação estava limitada a cada uma das seis províncias do reino. A sua função era fazer a sua descrição geográfica, demográfica e económica, assim como recolher todas as informações consideradas importantes para se proceder às novas demarcações. Para além dos juizes demarcantes estava previsto que, em cada província, deveria existir, pelo menos, um engenheiro militar, desempenhando a função de demarcante, responsável pela elaboração da cartografia de apoio, assim como pela recolha de elementos necessários para a elaboração dos cadastros populacionais e económicos e mesmo pelas descrições geográficas.

Para a província de Entre Douro e Minho foram nomeados, como juiz demarcante, Francisco António de Faria, e, como engenheiro militar destacado para a missão de demarcante, Custódio José Gomes de Villasboas (Silva, 1998, pp. 21, 395).

A recolha de toda esta informação implicava, naturalmente, a consulta das opiniões de oficiais camarários, magistrados da administração e entidades senhoriais, quer porque eles, melhor que ninguém, conheciam a realidade local, quer porque eram os seus interesses que estavam a ser “negociados”. O mesmo será dizer que estas autoridades locais poderiam ver aumentados ou diminuídos (e, em alguns casos, mesmo extinguidos) os seus territórios, jurisdições e poderes. Não será necessário acrescentar que estas entidades, na generalidade dos casos, se mostraram sempre hostis a qualquer solu-

ção que implicasse uma redução dos seus poderes<sup>2</sup>.

Aos juízes demarcantes cabia, então, a tarefa de gerir e arbitrar as diferentes propostas apresentadas por todos os intervenientes, esperando-se que fossem capazes de zelar pelo interesse e pelo “bem da nação”, não atendendo nem cedendo aos jogos de interesses locais, quando estes se sobrepunham aos interesses da administração central<sup>3</sup>.

É, precisamente, sobre este último ponto que residia a importância do uso da cartografia e dos cadastros, pois as diversas entidades locais não pretendiam ver diminuídos os seus territórios e poderes e, por isso, socorriam-se de todos os argumentos possíveis. Uma vez que os próprios limites das diferentes jurisdições não estavam nem rigorosamente estabelecidos, nem conhecidos (pelo menos cartograficamente), podiam ser facilmente “falseados” pelos argumentos apresentados.

Assim, uma fiel representação cartográfica dos territórios permitia contrapor, aos argumentos mais ou menos “distorcidos” das autoridades locais, provas e argumentos que possibilitavam ao juiz demarcante avaliar melhor as reivindicações e informações dos diferentes intervenientes, uma vez que os novos limites e demarcações impostos, deveriam ser criados a partir de alguns vetores, como por exemplo: “a relação população/extensão; a proximidade, a centralidade e a equidistância das capitais administrativas; a homogeneidade jurídica e a contiguidade espacial” (Silva, 1998).

Contudo, nos finais do século XVIII não havia qualquer mapa capaz de responder a estas necessidades, pelo que o engenheiro demarcante da província de Entre Douro e Minho, o então segundo tenente Custódio José Gomes de Villasboas, levantou o *Mappa da Província d’Entre Douro e Minho...*, complementado pelo *Cadastro da Província do Minho*, entre 1794-96, e que constituem as principais fontes deste estudo.

## 1. O AUTOR<sup>4</sup>

Custódio José Gomes de Villasboas nasceu na paróquia de Alvelos, Barcelos, em abril de 1771, e faleceu em Braga, no dia 18 de março de 1809, assassinado pela população, juntamente com Bernardim Freire de Andrade, general responsável pela defesa da província do Minho, ambos acusados de serem “afrancesados” e traidores, por terem, alegadamente, abandonado os postos de defesa da província face à temida invasão fran-

<sup>2</sup> Na Lei da Reforma das Comarcas registava-se que: “(...) tomando em consideração, que algumas das Comarcas da Coroa existentes são tão extensas, que os Corregedores delas não podem bem cumprir com a sua obrigação, nem o Povo haver Justiça, que se lhe deve: ordeno, que se regulem, e reformem os Territórios dessas Comarcas; ou anexando alguns distritos a outras, ou formando se novas Comarcas, como parecer conveniente” (Subtil e Gaspar, 1998, pp. 20, 22).

<sup>3</sup> Para além destas funções, os demarcantes deveriam averiguar “a povoação, agricultura, fábricas, comércio e indústria interna de cada um dos distritos das ditas comarcas; os direitos da coroa e da fazenda, o estado de «ruína» ou «melhoriação» em que se achavam os bens dos concelhos; os inconvenientes da diferença dos pesos e medidas e as vantagens da sua uniformização” (Silva, 1998, pp. 41, 354-366).

<sup>4</sup> Este autor, assim como estas duas fontes por si elaboradas, foram analisados por Moreira (2011).

cesa, sob o comando do marechal Soult<sup>5</sup>. Era sobrinho e afilhado de Custódio Gomes de Villasboas, brigadeiro de artilharia e lente na Academia Real de Marinha, e, por esta razão, o seu percurso biográfico é, frequentemente, confundido com o do tio.

Foi promovido a segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros, a 3 de novembro de 1792, quando servia no Regimento de Artilharia da Província do Algarve, e em abril de 1795, altura em que estava a ultimar os levantamentos da carta da província de Entre Douro e Minho, foi promovido a primeiro tenente<sup>6</sup>. Quatro anos depois, em abril de 1799, quando viu aprovada a sua proposta para elaborar a *Descrição Geográfica e Económica da Província do Minho*, era já capitão de engenheiros, promovido em fevereiro desse mesmo ano; em 1805, quando se dedicava às obras de encanamento do rio Lima, assinou uma planta das obras com o posto de sargento-mor de engenheiros e, a partir de 1806, são conhecidas algumas referências que o qualificam como major.

Em 1798, ano em que foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, Villasboas tornou-se num dos seus membros colaboradores, tendo apresentado aí alguns trabalhos<sup>7</sup>.

Também foi correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, tendo composto uma memória que permaneceu manuscrita, intitulada *Memoria sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das Prezas d'agoa para regar os Campos, fazer os Rios navegaveis, prevenir o seu areamento, profundar os Portos de Már, e outros uzos*<sup>8</sup>.

Quando morreu, em 1809, desempenhava o cargo de quartel mestre general do Exército do Minho, comandado por Bernardim Freire de Andrade, preparando a defesa da província de Entre Douro e Minho. A última referência a um posto militar está no título da obra *Cadastro da Província do Minho*, datado de 1826, existente na Biblioteca Nacional, indicando Villasboas como “Tenente Coronel de Engenheiros”.

Custódio José Gomes de Villasboas foi uma personalidade controversa e, durante muito tempo, incompreendida. O período da sua formação, que decorre nos finais do século XVIII, é marcado por profundas transformações sociais. Aconteceram, então, importantes alterações ao nível das mentalidades e dos valores socioculturais do Antigo Regime. Para levar a cabo estes objetivos foi necessário formar um corpo de fun-

<sup>5</sup> Para aprofundar as circunstâncias que levaram ao assassinato destes dois militares, consultar a obra de Vicente (1970). Quase todos os oficiais que compunham o Estado-maior responsável pela defesa daquela província sofreram o mesmo destino, no mesmo dia ou nos dias seguintes (Machado, 1956, pp. 10-19).

<sup>6</sup> O decreto do Conselho de Guerra promove “Custódio Jozé Gomes de Vilasboas, discípulo do número e artífice de fogo do regimento de artilharia do Algarve” (Santos, 1965, p. 752). Devemos acrescentar que os estatutos da Academia Real de Fortificação previam que “(...) os oficiais engenheiros passassem a servir como tenentes agregados no regimento de infantaria onde aprenderiam o serviço de tropas relativa à tática. Nos seguintes dois anos, serviriam na artilharia, como tenente agregado (...) caso mostrassem aptidão nestas duas fases, passariam a ajudantes numa brigada do Corpo de Engenheiros até confirmação de patente de oficial efectivo” (Carvalho, 1995, p. 114).

<sup>7</sup> Conferir a listagem dos trabalhos apresentados à Sociedade Real Marítima em Teixeira da Mota (1972, p. 261).

<sup>8</sup> É o documento n.º 351 do Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa, incluso nas *Memórias de Math[emática] e Phy[sica] q[ue] não tiveram lugar nas collecções da Acad[emia]*.

cionários estatais, que eram preparados nas várias instituições que suportavam a nova ideologia de Estado.

Tendo-se formado na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, onde teve oportunidade de entrar em contacto com vários autores franceses, e sendo sócio da Academia das Ciências e da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica – fundada e liderada pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele próprio um “reformista iluminado”, por muitos apontado como liberal – o autor rapidamente aderiu aos mesmos ideais reformadores que circulavam nestas academias, tal como muitos outros seus contemporâneos que desempenharam papéis de destaque no regime liberal em Portugal.

## 2. AS FONTES

### 2.1. ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

O cadastro populacional da província de Entre Douro e Minho foi levantado entre 1794-95, para se ajustar às necessidades da reforma administrativa que então se processava. António Cruz publicou a primeira versão do cadastro em 1970, conservada na Biblioteca Nacional, com o título original *Cadastro da Província do Minho feito pelo Tenente-Coronel de Engenheiros Custódio Joze Gomes Villas Boas...*<sup>9</sup> (Cruz, 1970, p. 61) .

Trata-se de uma estatística demográfica de toda a província, distinguindo a população por sexo e dividindo-a entre os indivíduos maiores e menores de 14 anos; indica ainda o número de fogos, assim como os quantitativos de população religiosa, segundo o sexo e o número de conventos existentes. Para cada um destes parâmetros, o autor registou o total por freguesia, concelho, termo, vila ou cidade, obtendo-se, deste modo, o total por comarca. O cadastro indica, ainda, o padroeiro de cada freguesia, a dignidade do respetivo pároco e os rendimentos dos dízimos. O autor criou, ainda, um espaço para observações relativas a cada freguesia.

Outros dois elementos, ainda que não sejam estritamente de carácter demográfico, religioso ou económico, parecem igualmente importantes para se proceder à reestruturação das comarcas: a distância da sede de cada freguesia, em léguas, à cabeça da comarca e o “rumo” em que se situam<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Um subtítulo foi acrescentado: *Trazido do Quartel General da mesma Província pelo Coronel de Milícias de Leiria o Ill.mo e Ex.mo Snr. João Pereira da Silva e A. Fonseca que delle fez presente ao N. R.mo P.e M. Snr. Fr. Joaquim Tudella para a Livraria de Manuscritos, no Anno de 1826*. O cadastro encontra-se na Área de Reservados, sob a cota Cod. 944. É de referir que existe uma outra cópia deste cadastro populacional, também manuscrita, no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, sob a denominação de *Rellação das Jurisdições da Província do Minho em 1794*, que apenas difere da versão conservada na Biblioteca Nacional pelo facto de não indicar os efetivos populacionais femininos, o que permite relacioná-lo com um objetivo claramente militar (Sousa, 1995, p. 50; Vicente, 1971, p. 104). Em 1820, Cândido José Xavier havia publicado, unicamente, os dados referentes aos valores totais de cada comarca da província de Entre Douro e Minho e não a versão integral.

<sup>10</sup> Geralmente, só foi fornecido o valor da latitude ou o da longitude de cada lugar, mas nunca a localização exata a partir daqueles dois elementos.

Quanto ao primeiro parâmetro, parece relacionar-se com um dos objetivos principais da Lei da Reforma das Comarcas, que pretendia estabelecer uma distância equitativa entre a capital de comarca e as restantes localidades sob sua jurisdição<sup>11</sup>.

Relativamente ao segundo parâmetro, o levantamento do rumo dos lugares parece indicar, claramente, uma preocupação do autor em coligir elementos suficientes para proceder à construção de um *Mapa da Província d'Entre Douro e Minho...* ou, em alternativa, seriam dados que permitiam localizar a freguesia no mapa.

Não restam dúvidas de que o cadastro de Villasboas é muito completo e minucioso para a sua época, rompendo com as tradicionais formas de levantamento de cadastros populacionais, ainda que se possam apontar algumas incorreções aos números aí registados<sup>12</sup>.

## 2.2. OS MAPAS

O mapa de 1794-96 foi elaborado na sequência da aplicação da Lei da Reforma das Comarcas, de 1790-92, sendo o autor o engenheiro demarcante da província do Minho. Neste sentido, a primeira versão é, essencialmente, um mapa administrativo, que deveria constituir a base dos trabalhos de definição das novas circunscrições comarcais. Contudo, em 1798, no âmbito da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, da qual era membro, Villasboas apresentou uma nova versão do mapa de Entre Douro e Minho, melhorada e completada com novas informações. Serão estas duas versões as fontes cartográficas deste estudo.

Ao analisarmos com atenção as características gerais dos seus mapas constatamos que o autor dispensou alguns cuidados especiais na forma como os elaborou, utilizando técnicas de levantamento topográfico, cálculo das coordenadas geográficas e figuração de um conjunto de elementos e de fenómenos para além da topografia – elementos administrativos, sociais, económicos, militares, etc. – capazes de responder a diferentes objetivos e propósitos.

A figuração da divisão administrativa regional em destaque, representada, pela primeira vez, de forma completa e recorrendo à coloração, assim como a inclusão de quadros estatísticos demográficos, cujos valores se reportam às unidades territoriais representadas, fazem-nos considerar que o mapa constitui um bom exemplar daquilo que se pode designar por “cartografia especial”, que, como era característica no século XVIII, assumia um tipo misto ou “híbrido”, pois aliava as características da cartografia geral (topografia, rede hidrográfica, relevo, povoamento...) às características da

---

<sup>11</sup> O ponto X da Carta de Lei, de 19 de julho de 1790, considerava que “(...) Deverão por tanto formar-se, onde convier, os novos Territorios, com os Termos, e Conselhos, que houver proximos à Capital; e com os que se lhe poderem annexar nas circunvizinhanças; ainda que pertenção a outras Commarcas da Coroa, cujas Capitaes estejam mais distantes: Havendo o Eu assim por bem, em beneficio da Justiça, e commodidade dos Vassallos” (Sousa, 1977, pp. 308-309).

<sup>12</sup> Alguns anos mais tarde, em 1820, o trabalho de Villasboas era apresentado como exemplo ilustrativo de um bom levantamento estatístico (Xavier, 1820, pp. 162-163). Ver também Cruz (1970, pp. 64-65). Sobre a validade dos efetivos avançados no cadastro de Villasboas, ver as análises de Sousa (1995, pp. 49-51) e de Sousa e Alves (1997, p. 29).





**FIGURA 2.** *Mapa da Província d'Entre Douro e Minho...*, elaborado por Custódio José Gomes de Villasboas, em 1794-96 (Biblioteca Nacional de Portugal).

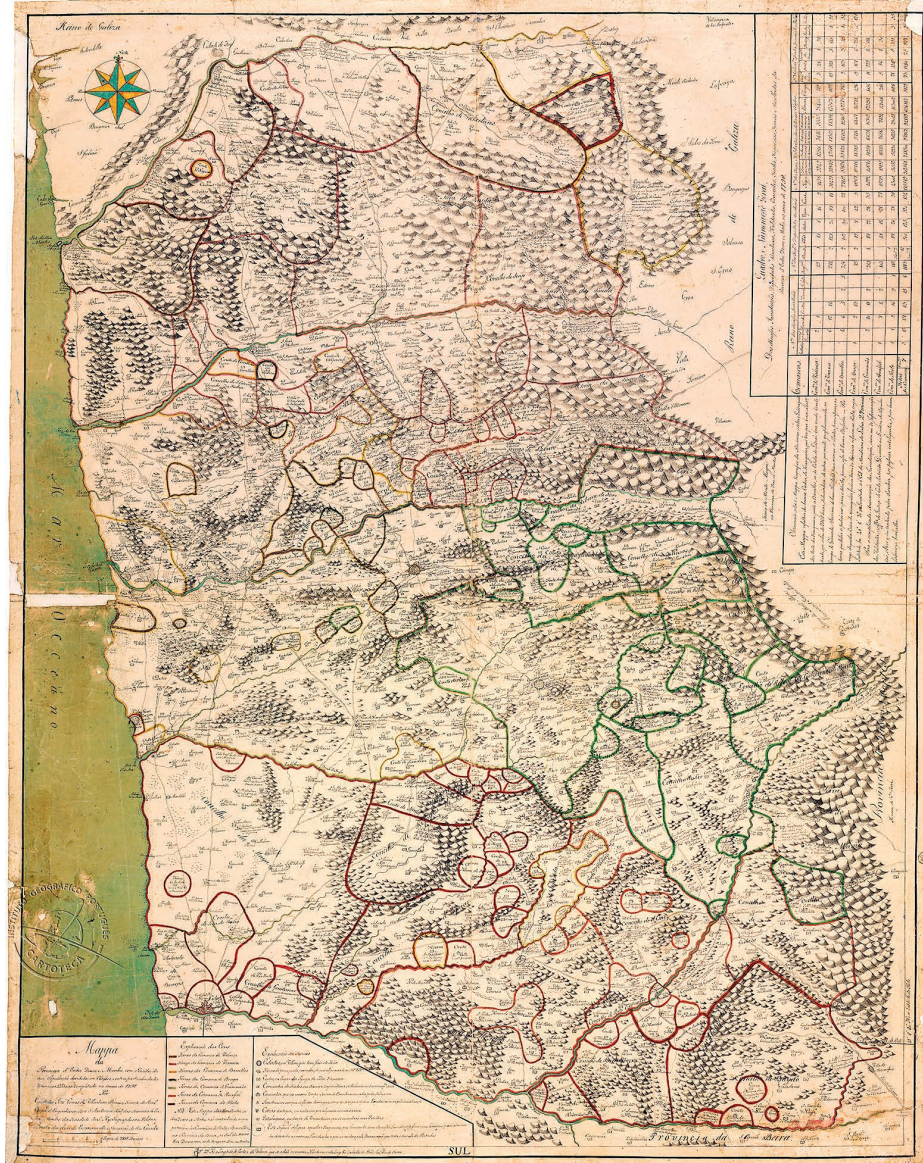
cartografia temática, como por exemplo a divisão administrativa/jurídica ou os dados populacionais<sup>13</sup>. Estes tipos de mapas foram os precursores da cartografia temática portuguesa, que se desenvolveu, sobretudo, a partir de meados do século XIX<sup>14</sup>.

O *Mapa da Província d'Entre Douro e Minho...* marcou, de certa forma, uma rutura com a tradição cartográfica anterior, ao mesmo tempo que se afirmou como um exemplo do novo rumo da cartografia regional nacional. A leitura espacial dos fenómenos representados na carta e respetivas variantes comprova a grande utilidade da cartografia,

<sup>13</sup> Para a classificação dos documentos cartográficos, consultar a obra de Dias e Feijão (1995). As expressões cartografia “especial” e “híbrida” pertencem a Palsky (1998a, pp. 64-70; 1998b, pp. 39-43) e designam os mapas que combinam os elementos topográficos com outros fenómenos inventariados, mas que salientam, em primeiro lugar, apenas um dos fenómenos. Esse parece ser o caso deste exemplar.

<sup>14</sup> Daveau (1995, pp. 161-181) apresenta um breve resumo sobre a evolução da cartografia temática portuguesa.





**FIGURA 3.** *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho...*, elaborado por Custódio José Gomes de Villasboas, em 1798 (Direção-Geral do Ordenamento do Território).

que, deste modo, fornecia à administração uma imagem o mais completa e alargada das várias esferas da sociedade, sobre um determinado território, cujo domínio se tornava cada vez mais facilitado (Moreira, 2011). Estava dado, então, o primeiro passo rumo à institucionalização da cartografia científica, entendida como instrumento de auxílio para a tomada de decisões da administração estatal<sup>15</sup>.

### 3. O TERRITÓRIO DE LOUSADA EM FINAIS DO SÉCULO XVIII

Neste exercício de geografia histórica não teremos em conta apenas o território que, em finais do século XVIII, compunha o concelho de Lousada. Partindo dos limites das freguesias, tentaremos reconstituir o território do atual concelho, na configuração an-

<sup>15</sup> Sobre este processo, ver o trabalho de Branco (2003).

terior à mais recente reforma administrativa do país, datada de 2013, por ser aquela que está mais próxima da tradicional divisão paroquial dos finais do século XVIII.

O concelho de Lousada nos finais do Antigo Regime constitui um bom exemplo da já referida confusa divisão político-administrativa. Situado entre os territórios das comarcas do Porto e de Penafiel, Lousada, cuja sede se localizava no lugar do Torrão, era um concelho que integrava a comarca de Barcelos e, geograficamente, apresentava-se enquadrado pelos rios Mezio, a oeste, e Sousa, a este, e, a norte, pelas serras da Ermida e de Barrosas, sendo delimitado pelos concelhos de Aguiar de Sousa, Unhão e Santa Cruz (do Tâmega), pela honra de Louredo, pelos coutos de Meinedo e de Bustelo e pelo termo da cidade de Penafiel.

Para aumentar a complexidade deste sistema, Lousada era um dos vários concelhos portugueses compostos por partes de freguesias de outros concelhos (na época designadas por “freguesias meeiras”), que dificultavam o exercício de administração, muito embora constituíssem uma única paróquia. Um exemplo curioso desta sobreposição era o que opunha os habitantes de Aveleda, que se queixavam de serem incomodados pelos agentes da justiça de Lousada, que ali atuavam livremente, muito embora a maior parte da freguesia pertencesse ao concelho de Unhão (Silva, 1998, pp. 315-316).

De acordo com as fontes elaboradas por Villasboas em 1794, o concelho de Lousada era composto pelas freguesias de S. Miguel de Silves, Santa Margarida de Lousada, São Lourenço das Pias, São Vicente de Boim, São João Evangelista de Nespereira, Santa Marinha de Lodares e Santo André de Cristelos, assim como parte das freguesias de Santa Cristina de Nogueira, São Miguel de Lousada, Santiago de Cernadelo, Santa Maria de Alvarenga, Salvador da Aveleda, São João de Macieira, Santa Maria Alta de Meinedo, Salvador de Novelas, Santiago de Sob-Penafiel, São Miguel de Beire, São Tomé de Bitarães, São Veríssimo de Nevogilde e São Paio de Casais, sendo estas partilhadas com os concelhos, termos, honras e coutos vizinhos.

Tendo em conta todas estas características, o concelho de Lousada apresentava-se como um dos possíveis de ser reformulado, anexado ou até extinto. Aliás, por sugestão dos próprios oficiais de Barcelos, as terras mais afastadas da sede de comarca, como Lousada, deveriam ser anexadas às correições vizinhas. Assim, não admira que, aquando o processo de audição sobre a reforma das comarcas, a Câmara de Penafiel tenha proposto a constituição de um julgado com sede na sua cidade, constituído por uma série de unidades territoriais de menor dimensão, mas com continuidade geográfica, entre as quais o concelho de Lousada, cuja Câmara, por sua vez, também apresentou uma proposta para se constituir como sede de Juiz de Fora (Silva, 1998, p. 129). Neste sentido, os oficiais camarários de Lousada elaboraram uma proposta de alargamento dos novos limites administrativos do concelho, anexando a totalidade do território das freguesias “meeiras” partilhadas por Lousada com as circunscrições vizinhas.

Assim que tomaram conhecimento desta proposta, as autoridades do concelho de Unhão moveram uma forte oposição, na medida em que a maioria das freguesias desse concelho era partilhada com o de Lousada, pelo que correriam um sério risco de verem o seu concelho extinto. Na defesa da sua posição, alegaram a inexistência de um vínculo histórico, expresso em carta foral, entre as freguesias em questão e a sede de concelho de Lousada; antes pelo contrário, ele existia a favor de Unhão, pelo que propunham que o território das freguesias “meeiras” em disputa fosse anexado a Unhão (Silva, 1998, p. 316).





**FIGURA 4.** Freguesias do concelho de Lousada, até 2013.



**FIGURA 5.** Extrato do Mappa da Província d'Entre Douro e Minho..., elaborado por Custódio José Gomes de Villasboas, em 1798 (Direção-Geral do Ordenamento do Território).

A par desta particular divisão política, administrativa e judicial, que tornava o concelho de Lousada num território de exceção, uma espécie de “encravamento” da comarca de Barcelos entre as comarcas do Porto e de Penafiel, também as divisões religiosa/diocesana e militar formavam aqui uma fronteira.

Em termos diocesanos, o território que atualmente compõe o concelho de Lousada estava dividido entre as paróquias do norte, que pertenciam ao arcebispado de Braga, enquanto as do sul eram do bispado do Porto. Em termos militares, este território pertencia ao Governo Militar do Minho, com sede em Viana, integrando o Regimento de Milícias de Guimarães, mas os restantes territórios situados a sul e a oeste integravam o Governo das Armas do Partido do Porto.

No mapa de Villasboas, de 1798, tal como nalgumas das suas cópias, variantes e versões posteriores, a sede do concelho, no lugar do Torrão, foi figurada com um símbolo identificado na legenda como “Terras de povo junto, e arruado, de que algumas tem o titº. de Vª.”, o que constitui uma exceção ao padrão de povoamento disperso, típico do Entre Douro e Minho.

Aqui também se indica a existência de uma feira, a 9 e a 27 de cada mês, que se articula com várias outras que se realizavam nas povoações vizinhas e que dinamizavam o comércio local ou regional, permitindo a obtenção de outros rendimentos à população, para além da agricultura de subsistência<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Outra forma de garantir rendimentos extra aos lavradores era através do aluguer de carros de bois para serviço de transporte de mercadorias para a cidade do Porto (Villasboas citado em Sousa e Alves, 1997, p. 158).

Este era, de resto, um tema de particular interesse para o autor, tendo merecido uma análise na sua *Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Provincia do Minho*: “quanto ao commercio interior que os povos fazem huns com outros, há para elle quazi em todas as villas e lugares principaes talvez com excessiva abundancia feiras, duas vezes no mez, aonde concorre milho, centeyo, trigo, feijão, linho em rama, e fiado, e em pano; hortaliças, fructas, e principalmente gado vacuum que por si só faz muitas vezes objecto de feira. Nestes mercados mensais, ou semanários, se provém dos géneros os que necessitam deles, entretanto que outros comprão para revender na mesma feira, ou em outras; do que resulta augmentarem-se os preços com prejuízo do consumidor, e sem proveito do que se cultiva; e porque as feiras são amiudadas em tempo e distancia, fica fácil este nocivo trafico” (Villasboas citado em Sousa e Alves, 1997, p. 161).

Ficava claro que, para o autor, o desenvolvimento da agricultura, enquanto motor de desenvolvimento económico, era prioritário e deveria concentrar todos os esforços, quer por parte das populações, quer por parte das autoridades. Daí que este engenheiro militar tenha desenvolvido muitos trabalhos, não só de reflexão teórica, mas também de natureza prática, sobre técnicas de desenvolvimento agrícola, particularmente de natureza hidráulica e de regadio<sup>17</sup>.

Curiosamente, apenas está assinalada a existência de uma estrada que atravessava o sul do concelho de Lousada, que assegurava a ligação entre a cidade de Penafiel e o couto de Santo Tirso, passando por S. Tiago de Sob-Penafiel e Lodares e cruzando o rio Mezio na ponte de Lagoa.

Recorrendo aos dados estatísticos que constam no *Cadastro da Provincia do Minho*, levantado por Villasboas, é possível fazer uma leitura demográfica/populacional do território. Recorde-se que, para o autor, e de acordo com o espírito fisiocrático da época, a população era a base do poder do Estado, não só por constituir os exércitos nacionais, mas, sobretudo, por ser a força laboral que assegurava o desenvolvimento da agricultura, tida como a base de toda a economia nacional<sup>18</sup>.

Em 1794, o então concelho de Lousada contava com um total de 4861 “almas”. Considerando o conjunto das freguesias do atual concelho, a população total atingia o valor de 11923 habitantes. Em termos absolutos, das atuais freguesias do concelho, apenas Meinedo e Lustosa ultrapassavam as 1000 “almas” (1259 e 1075, respetivamente), sendo o volume populacional das restantes mais reduzido, tal como se pode observar no mapa da figura 6.

Conclui-se, assim, que as freguesias eram de pequena dimensão, o que se confirma pela análise do número de fogos aí existentes: mais de metade das freguesias tinha menos de 100 fogos, oito tinham entre 100 e 200 e apenas quatro – Aveleda, Lustosa, Meinedo e Silvares – tinham mais de 200 fogos. A título de referência, diga-se que o

<sup>17</sup> Veja-se o caso do projeto de encanamento do rio Este em Silva (2013).

<sup>18</sup> “(...) para o dizer de huma vez, [a força de hum paiz] não depende só da boa ou má disposição fisica do terreno, mas sim consiste na combinação destas particularidades com o numero, e genio dos habitantes (...)” (Villasboas citado em Sousa e Alves, 1997, p. 156).



valor médio da província era de 145 fogos por freguesia, sendo de 108 na comarca de Barcelos, 147 na de Penafiel e 240 na do Porto.

Os cálculos efetuados sobre os dados coligidos por Villasboas permitem obter o valor de 3,6 habitantes por fogo, número inferior à média nacional para a época, mas em perfeita consonância com os valores médios da província (3,7) e das comarcas de referência: Barcelos e Penafiel (3,65) e Porto (3,5). Internamente, contudo, a leitura não é uniforme: salientam-se as freguesias “centrais” do atual concelho – Nogueira, Aveleda, Pias, Boim e Meinedo – que apresentavam um valor igual ou superior a quatro habitantes por fogo.

A partir destes valores, é possível supor uma densidade populacional próxima ou superior a 150 hab/km<sup>2</sup> no concelho de Lousada de então, registando-se uma densidade populacional de 124 hab/km<sup>2</sup> no somatório das atuais freguesias do concelho. Em todo o caso, ambos os valores eram bem superiores à média do conjunto da província, calculada em cerca de 96 hab/km<sup>2</sup>, e, sobretudo, contrastavam com os dos territórios de entre Minho e Lima, no norte da província, e com os dos territórios vizinhos das comarcas do Porto e de Penafiel (excetuando-se as duas cidades), com valores bastante inferiores (Sousa, 1979, pp. 235-246)<sup>19</sup>.

Como se observa no mapa da figura 7, as freguesias mais densamente povoadas agrupavam-se em dois núcleos: um, localizado no vale do rio Mezio, formado pelas freguesias de Covas, Casais e Nevogilde; outro, formado pelas freguesias de Macieira, Nogueira e Torno.

O mapa mostra uma maior densidade populacional nas freguesias que se situam no vale dos dois rios principais, o Mezio e o Sousa, ao passo que as freguesias da “montanha”, como Barrosas (Santo Estevão) ou Lustosa, não obstante o seu maior volume populacional, apresentam densidades mais baixas.

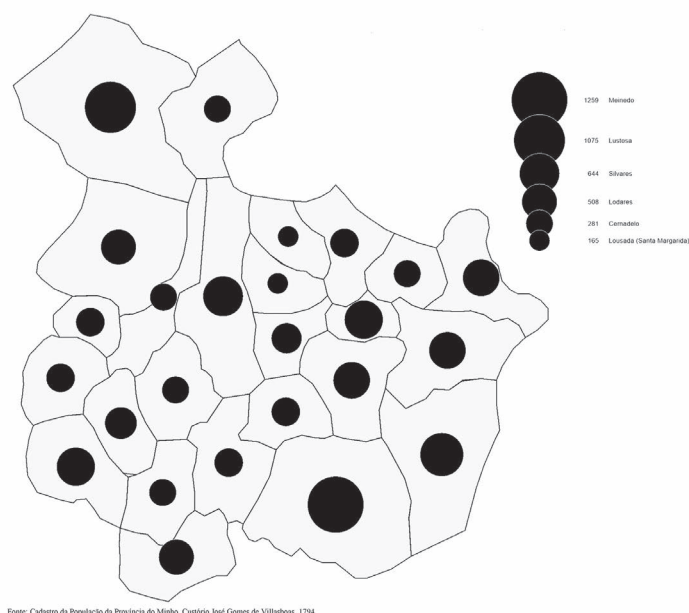
Curiosamente, nenhuma destas freguesias com maior concentração populacional pertencia, inteiramente, ao então concelho de Lousada.

Finalmente, um indicador demográfico que mereceu a atenção e a preocupação do autor: o índice ou relação de masculinidade<sup>20</sup>. Em Lousada, em finais do século XVIII, existiam mais 505 mulheres do que homens, calculando-se o índice de masculinidade do território em 81,2%; este valor ascende a 86,6%, no conjunto das 25 freguesias do atual concelho. Considerando-se apenas a população maior de 14 anos, o desequilíbrio de género é, ainda, mais evidente: 74% e 81%, respetivamente.

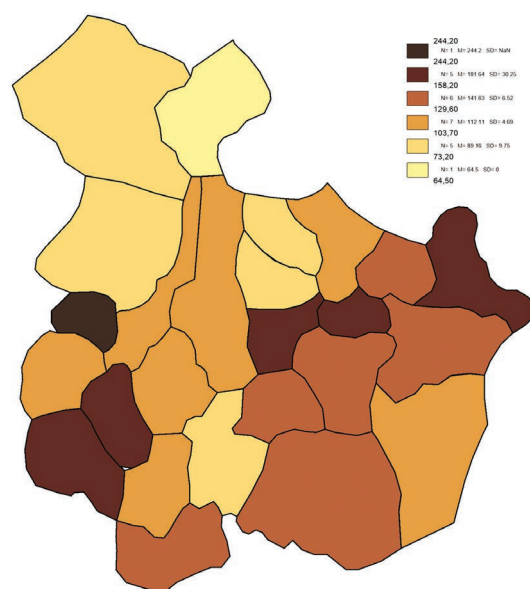
Se, no conjunto do país, a província de Entre Douro e Minho era aquela que apresentava um maior deficit masculino, registando um valor médio de 89,3%, em 1801 (Sousa e Alves, 1997, p. 158), os valores de Lousada estavam ainda mais longe do nível teórico de equilíbrio (100), o que permite supor uma elevada mobilidade populacional.

<sup>19</sup> Ainda que este autor tenha como referência o Censo de 1801.

<sup>20</sup> A relação de masculinidade é o número de homens por cada 100 mulheres. Um valor superior a 100 significa que há mais homens do que mulheres e vice-versa.



**FIGURA 6.** População das freguesias do atual concelho de Lousada, em 1794.



**FIGURA 7.** Densidade populacional das freguesias do atual concelho de Lousada, em 1794.

Analisando este fenómeno nas comarcas da fronteira do Minho (cujos valores rondavam, também, os 86%), Villasboas indica:

“aquelles lavradores, que não cultivão quanto basta para seu sustento (...) preferem antes sahir a trabalhar para terras remotas, deixando a cultura entregue ás mulheres, e filhos.

Esta he a genuina razão de se observar huma grande falta na população dos homens a respeito das mulheres, a qual sendo quazi geral na provincia do Minho he muito maior nas comarcas fronteiras; porque nas outras os lavradores pobres tirão mais lucro dos carretos em razão do grande comercio e consumo do Porto, cujas relações com as terras do interior se estende a 8 a 10 leguas.

Tanto o meio dos carretos, coo o de sahir da provincia prejudicão a agricultura, dando aos lavradores hum ganho aparente, e momentâneo, que não ressarce as perdas que diariamente recebem no abandono das suas cazas, de que resulta empobrecerem cada vez mais, e acabarem por perder as suas fazendas. Dos que sahem para fóra muitos não voltão, e com seu exemplo se afoutão os rapazes a sahir também na esperança de alcançar melhor fortuna e menor trabalho do que o he cultivar as terras” (Sousa e Alves, 1997, p. 158).

Na perspetiva de um fisiocrata-iluminista, residia, aqui, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico da província.

## 4. CONCLUSÃO

Nos finais do século XVIII, a complexa geografia política interna do país caracterizava-se por apresentar múltiplos particularismos, que resultavam da herança dos sistemas administrativos anteriores (e que beneficiavam as classes sociais privilegiadas) e que quase levavam a uma sobreposição da administração local sobre a administração central, em nada contribuindo para o desenvolvimento do país, dificultando, também, a consolidação do aparelho do Estado.

A divisão administrativa da província de Entre Douro e Minho, onde se inseria o território que, atualmente, corresponde ao concelho de Lousada, caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação do espaço, bem como pela multiplicação de enclaves territoriais (ou encravamentos, como se dizia), dando origem a uma “polissemia política do espaço”, ou seja, a um mesmo espaço correspondiam diferentes territórios, referentes a uma ou várias jurisdições, o que tornava a ação da administração central bastante difícil (Silva, 1998, p. 323).

Para tentar acabar com esta “irracionalidade espacial” foi promulgada a Lei da Reforma das Comarcas, em 1790, complementada por um Alvará Régio, de 1792. Nesta sequência, o Real Corpo de Engenheiros foi incumbido de proceder ao reconhecimento geográfico, económico e demográfico das diversas comarcas.

Assim, nesta década final do século XVIII, foi produzido um vasto corpo de informações sobre as diferentes regiões portuguesas, compondo um importante reportório geográfico que permite reconstituir a evolução da geografia política/administrativa portuguesa no final do Antigo Regime. Para a província de Entre Douro e Minho, esta tarefa foi realizada pelo engenheiro militar Custódio José Gomes Villasboas.

A reconstituição geográfica do atual concelho de Lousada, a partir das obras cartográficas e estatísticas deste autor, permitiu verificar que nos diferentes domínios de análise – quadro geográfico e político-administrativo, bem como o contexto económico e populacional – este território constituía uma amostra do quadro geral da província e, em certo sentido, do país.

A vitória do partido liberal na Guerra Civil de 1832-34 pôs fim à sociedade do Antigo Regime, substituindo-a por outra baseada na soberania popular e na divisão tripartida do poder. A concretização dos ideais políticos liberais implicou a definição de uma nova geografia sociopolítica, que se materializou numa divisão político-administrativa-judicial que rompeu com organização anterior.

A geografia política de Lousada voltaria a sofrer alterações significativas...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amândio, B., 1994. *O engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas e os portos de mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo: Edição dos Amigos do Mar.

Branco, R. M. C., 2003. *O mapa de Portugal: Estado, território e poder no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Livros do Horizonte.

Carvalho, M. J. P., 1995. Objectivos na criação da Academia Real, de Fortificação, Artilharia e Desenho. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 61, p. 114.

Cruz, A., 1970. *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Daveau, S., 1995. A cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos. In: M. H. Dias, coord. 1995. *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos. pp. 161-181.

Dias, M. H. e Feijão, M. J., 1995. *Glossário para indexação de documentos cartográficos*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Gomes, E. M. M., 2012. *A administração local na monarquia constitucional: o papel da freguesia e do pároco (1834-1910)*. Tese de Mestrado em História. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Machado, A. S., 1956. Para a história das invasões francesas. *Arquivo do Alto Minho*, VI, pp. 10-19.

Martins, C. H. M. H., 2014. *O programa de obras públicas para o território de Portugal continental, 1789-1809. Intenção política e razão técnica – o porto do Douro e a cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. II Vols.

Moreira, L. M., 2011. *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa.

Mota, A. T., 1972. Acerca da recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807). In: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. p. 261.

Palsky, G., 1998a. La figure des nombres. *Les Cahiers de Science & Vie*, 48, pp. 64-70.

Palsky, G., 1998b. Origines et évolution de la cartographie thématique (XVIIe.-XIXe. Siècles). *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, XIV, pp. 39-43.

Santos, H. M., 1965. Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra, na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, V, p. 752.

Silva, A. C. N. e Hespanha, A. M., 1998. O quadro espacial. In: J. Mattoso, dir. 1998. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 4, p. 39.

Silva, A. C. N., 1998. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.

Silva, M. L. M. P., 2013. *O encanamento do rio Este e o regadio das veigas de Nine nos séculos XVIII e XIX. Uma obra de Custódio José Gomes de Vilas Boas e dos lavradores das veigas*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sousa, F. e Alves, J. F., 1997. *Alto Minho, população e economia nos finais de setecentos*. Lisboa: Editorial Presença.

Sousa, F., 1977. Portugal nos fins do Antigo Regime (fontes para o seu estudo). *Bracara Augusta*, XXI, pp. 308-309.

Sousa, F., 1979. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Tese de Doutoramento em História Económica e Social Moderna e Contemporânea. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sousa, F., 1995. A população portuguesa em finais do século XVIII. *População e Sociedade*, 1, pp. 49-51.

Subtil, J. e Gaspar, A. T., 1998. *A Câmara de Viana do Minho nos finais do Antigo Regime (1750-1834), Volume I*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Vicente, A. P., 1970. Um soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro. *Separata do Boletim Histórico Militar*, 40.

Vicente, A. P., 1971. Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal, 1792-1796. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 41, p. 104.

Villasboas, C. J. G., [1796]. *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas; tudo para servir a Regulação das Commarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica*. Por Custodio Joze Gomes Villas-boas. D. 94 R.

Villasboas, C. J. G., 1798. *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé Gomes de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado*. C. A. 60.

Villasboas, C. J. G., 1970. Cadastro da Província do Minho. In: A. Cruz, 1970. *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 129-379.

Villasboas, C. J. G., 1997. Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Provincia do Minho. In: F. Sousa e J. F. Alves, 1997. *Alto Minho, população e economia nos finais de setecentos*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 102-162.

Xavier, C., 1820. Considerações sobre a Statistica. *Annaes da Sciencia, das Artes e das Letras*, X, pp. 162-163.